

Projeto do ICMS deve retirar R\$ 4 bi do RS

Articulada pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a aprovação do projeto que limita a cobrança de ICMS de combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo deve retirar mais de R\$ 4 bilhões por ano do governo do Estado e das prefeituras do Rio Grande do Sul. É o que mostra levantamento feito pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Com votação prevista para amanhã, o projeto de lei complementar (PLP) 18/2022 determina que a cobrança do imposto estadual a essas categorias seja limitada à alíquota modal – no caso do RS, seria de 17%. Atualmente, a alíquota de combustíveis, energia e comunicação é 25%.

O texto teve a urgência aprovada em plenário na quarta-feira passada. No dia seguinte, Lira anunciou, pelas redes sociais, que colocaria a matéria em votação. Ontem, reafirmou a disposição, dizendo que o Congresso ficaria “a favor do que é essencial para o nosso país”.

“Ou o Brasil acaba com a taxa excessiva de bens e serviços essenciais ou a excessiva taxa de bens e serviços acaba com o Brasil. O Brasil precisa controlar a saúva, mais uma vez!”, escreveu Lira, no Twitter.

A iniciativa tem a simpatia do Palácio do Planalto, que tenta repassar aos governadores ao menos parte da responsabilidade pela alta nos combustíveis e no gás de cozinha.

Após apreciação na Câmara, o PLP também precisará de aval do Senado para tornar-se lei. O presidente da Casa, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), já anunciou que reunirá os líderes de bancada para discutir a matéria e também deve trabalhar pela aprovação.

De acordo com o estudo da CNM, o Rio Grande do Sul deixará de arrecadar R\$ 4,2 bilhões anuais caso a proposta entre em vigor. Desse montante, 25% iriam diretamente para os municípios, ou seja, R\$ 1,05 bilhão. Presidente da entidade, o gaúcho Paulo Ziulkoski admite que as alíquotas atuais sobre esses bens são elevadas, mas pondera que, na forma como foi apresentado, o projeto vai prejudicar a prestação

de serviços em Estados e municípios.

“Defende-se, assim, que, ao invés dessa medida, se aplique um aumento dos impostos nas empresas petrolíferas que são hoje em dia as que têm obtido os maiores lucros e podem arcar com estes valores em prol de nossa sociedade”, diz Ziulkoski, em nota.

Conforme estudo do economista Sergio Gobetti, especialista em finanças públicas que monitora as contas dos governos regionais, o total das perdas de Estados e municípios chegará a R\$ 70 bilhões anuais.

Sefaz questiona efeitos da medida

Em nota, a Secretaria da Fazenda do RS afirma que o projeto que será votado na Câmara dos Deputados provoca perdas para Estados e municípios sem qualquer transição, o que afetará os gastos vinculados a saúde e educação. De acordo com a Sefaz, a proposta coloca em risco a sustentabilidade do ajuste fiscal feito pelo Estado nos últimos anos, “pelo tamanho da redução e seu imediatismo”.

“Além disso, se mostrará inócuo na redução de preços, conforme se verifica desde novembro, pois mesmo estando congelados desde então os preços de referência do ICMS em todo o país, os valores ao consumidor seguem subindo por conta do dólar e da cotação internacional”, diz o comunicado.

EM SUA MANIFESTAÇÃO, A SECRETARIA DA FAZENDA LEMBRA QUE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL JÁ DETERMINOU QUE A ALÍQUOTA DE ENERGIA E COMUNICAÇÃO NOS ESTADOS PASSE PARA 17%, MAS APENAS A PARTIR DE 2024, PARA RESPEITAR O PLANEJAMENTO DOS ENTES FEDERATIVOS.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Política **Página:** 6